

EDUCAÇÃO: UM TESOURO A DESCOBRIR

Adriana Loss Zorzan¹

Idanir Ecco²

RESUMO: A vida dos seres humanos é marcada pela globalização, impondo uma interdependência planetária, provocando impactos, por vezes nocivos, para a humanidade como um todo. A perspectiva de superação das situações de dominação, de exclusão, de desumanização, está na educação alicerçada em princípios da solidariedade, da ética, da justiça, tendo a democracia como princípio norteador na gestão e efetivação de um projeto de cooperação internacional. Urge conciliar, vincular desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano, almejando a construção de uma sociedade sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Democracia. Educação. Sustentabilidade.

ABSTRACT: Life of the human being is characterized by globalization, imposing a planetary interdependence and causing sometimes harmful impacts for mankind as a whole. The prospect of overcoming the domination, exclusion and inhumanity situations is based on the education as well as on the principles of solidarity, ethics and justice; all of them having the democracy as their leading principle in the management and

¹ Mestre em Educação (UPF), alfabetizadora na Rede Pública de Ensino (RS) e professora da URI – Campus de Erechim.

² Mestre em Educação (UPF), professor da URI – Campus de Erechim.

effectiveness of an international co-operative project. It is urgent to adjust economic and human development so that a sustainable society may be built.

KEY-WORDS: Globalization. Democracy. Education. Sustainability.

INTRODUÇÃO

Tematizar elementos desafiadores referentes à sociedade como um todo, sempre se apresentou como uma das preocupações centrais para a humanidade. A questão que imediatamente se coloca, no contexto atual, é o fortalecimento de uma política educacional para todos, considerando o processo de globalização em curso.

O texto, além de identificar e apontar a existência de um epidêmico mal estar social, enfatiza a necessidade urgente para que todos se sintam co-responsáveis e comprometidos na edificação de uma sociedade mais justa, mais humana. Em função desse objetivo, questiona o próprio ideário da globalização, focando seus impactos, nem sempre promissores para a grande maioria dos seres humanos, descortinando um cenário de incertezas, de hesitações, angústias.

No cenário do século XXI, o papel da educação é enfatizado consideravelmente, pois, por essa via, identifica-se a possibilidade viabilizadora de investir no desenvolvimento humano, contrabalançando os investimentos no desenvolvimento econômico. Portanto, “[...] a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social”. (DELORS, 2003, p. 11). No entanto, há que se explicitar a serviço de quem, do que, de para quem... está o conhecimento, a ciência, a educação nesse novo século.

Este escrito originou-se a partir da leitura do Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, com a intenção expressa em apresentar reflexivamente os principais tópicos abordados no referido relatório. Apresenta, outrossim, análises e reflexões concisas sobre a temática focada.

1 A globalização e a democratização

O viver dos seres humanos, na atualidade, é conduzido pela organização mundial. Tenhamos consciência ou não, a globalização possibilitada pela abertura das fronteiras econômicas e financeiras, pelo livre comércio e fortalecida pelas novas tecnologias da informação, impõe uma interdependência planetária. Considerando a explosão demográfica, que é um problema real e que desafia a política de globalização, identifica-se a crescente disparidade entre diferentes nações do planeta.

Nesse sentido, é possível identificar a globalização sob duas óticas: de um lado o desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e informacional e, de outro lado, contempla-se a fome, a miséria, o não acesso à informação, à tecnologia, à comunicação, à perda de identidade, sendo esta, também, consequência oriunda dos altos índices de migração e imigração. Contradição essa que expõe o fluxo da desigualdade existente na política da globalização, de tal modo, que se observam altas tecnologias superarem o limite da distância, do espaço e, ao mesmo tempo, reduzir a comunicação local, a política da boa vizinhança.

A diversidade cultural e lingüística da aldeia global que deveria ser considerada como uma fonte de enriquecimento das culturas e das nações, torna-se através da globalização desigual e excludente, um agravante para a vida em sociedade. De tal maneira que, o desequilíbrio existente entre os países ricos e pobres gesta a possível proliferação de múltiplos conflitos, tensões e guerras frias, donde vence a cultura, a nação que detiver o poderio econômico, tecnológico, científico, etc. Havendo, para tanto, possibilidades de novos regimes totalitaristas e/ou nacionalistas.

O desenvolvimento global das interdependências, portanto, é revelador dos descontroles do ser humano com a vida. Em outros termos, vive-se os multiriscos projetados pelo mundo do capital, do lucro e do levar vantagem em tudo (Lei de Gerson). Sendo que, um dos riscos que é possível presenciar e “sentir” na humanidade é o denominado mal-estar social, ofuscando-se um horizonte de futuro para muitos.

A globalização, gestora da interdependência entre as nações, entre as culturas, línguas, entre os povos, a economia e a política necessitam de

uma nova dimensão e/ou reorientação, qual seja: a solidariedade. Dimensão, essa, que passa a ser uma conquista social orientada e pautada pela educação. Pois, segundo a comissão do relatório da Unesco, através da educação, é possível a formação do sujeito e a constituição de um mundo solidário e ético.

Para tanto, a globalização que possui como meta o rompimento das fronteiras para que nações se conheçam em suas diversidades e, assim, partilhem seus conhecimentos, suas descobertas, suas ciências, tecnologias, requer a democratização como princípio norteador de qualquer projeto de cooperação internacional.

Acredita-se que, somente, pela democratização é possível vivenciar uma interdependência real, solidária, humana entre as nações. Pois, é impossível experienciar a democracia no mundo global enquanto registram-se dados alarmantes, como o que segue:

No mundo, mais de um bilhão de seres humanos vivem numa pobreza abjeta, passando a maior parte deles fome todos os dias e, que mais de 120 milhões de pessoas no mundo estão oficialmente no desemprego e muitas mais ainda no subemprego. (A Cúpula Mundial para o desenvolvimento social, 1995 apud DELORS, 2003, p. 52).

Pergunta-se: diante desses dados como continuar a desejar/ defender a globalização? Que globalização é esta que exclui seres humanos de seu processo existencial? Mas, como não desejar a globalização num espaço e tempo que é globalizador? Hodiernamente, vivencia-se uma conexão com o outro, com o Estado, com a Nação, com o Mundo, com o Planeta, por isso é impossível negar a política da globalização mundial. Dessa forma, o desafio diante deste contexto globalizador das relações é construir a reinvenção do ideal democrático; ou seja, urge que através da educação desenvolva-se o espírito participativo dos sujeitos, da experiência e convivência de ambientes democráticos que valorizam ações e decisões coletivas.

Entende-se que pela educação, também, há que se fazer emergir a cooperação entre os sujeitos na busca de alternativas viabilizadoras,

considerando as problemáticas da comunidade. Nessa dinâmica de democratização, torna-se um apelo categórico a promoção da educação intercultural que combata e supere todas as formas de exclusão. Delors (2003, p. 58), entende que:

[...] a educação para o pluralismo é, não só, uma barreira contra a violência, mas um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas. [...] uma educação adaptada aos diferentes grupos minoritários surge como uma prioridade. Tem como finalidade levar as diferentes minorias a tomar nas mãos o seu próprio destino.

Compete, então, à escola a ação comprometida com a recriação de seus currículos, projetos, sua estrutura e organização, para que de posse da diversidade cultural seja possível a constituição participativa e coletiva de redes conceituais (planejamento a partir da realidade) e práticas capazes de promover a intervenção social. O espírito de globalização, de interdependência começa na troca eu-outro, eu-outro localidade e regionalidade e, por conseguinte, ampliando-se para a mundialização.

A globalização democrática somente será possível quando a educação e setores diversos da sociedade, experienciarem a cidadania consciente e ativa. Em outros termos: quando os sistemas educativos e os cidadãos souberem assumir os desafios das sociedades da informação, discutir e buscar coletivamente saídas para os problemas sociais.

Acredita-se que é impossível ensinar a transformação da atual globalização mundial, objetivando atacar/interferir, em curto prazo em sua dimensão econômica, financeira, política e cultural. Indubitavelmente, essa pretensão, representa mais um irrealismo e um pensar pouco inteligível (quicá, ingênuo). No entanto, é obvio que não é preciso esperar que algum elemento da globalização dê sinal para que se possa constituir um ideário humanista, civilizatório e construtor de espaços para todos. Portanto, cabe à educação fazer emergir a transformação a partir dos processos locais e possibilitar a concretização dos grandes desafios do século, que são: o ingresso de todos os países no campo da ciência e da tecnologia; a adaptação das várias culturas e modernização das mentalidades à sociedade

da informação ao viver democraticamente. Portanto, cabe à educação a responsabilidade pelo desenvolvimento humano sustentável.

2 O econômico e o humano na perspectiva do desenvolvimento

Segundo, Delors (2003), os avanços do crescimento econômico que a humanidade viu emergir a partir de 1950 devem-se à capacidade dos seres humanos de dominar e organizar o meio ambiente em função das suas necessidades, de seus desejos.

É ponto pacífico para todos que o modelo de crescimento econômico está alicerçado na extratividade, na produtividade, no lucro e na competitividade e que, para tanto, a educação aliou-se, muito mais às necessidades do desenvolvimento econômico do que ao desenvolvimento humano. Esta constatação é real, tanto que no relatório, aqui analisado, fica explícito que, mundialmente, é despendida importância em demasia ao investimento educativo para garantia da produtividade. “Observa-se, assim, em muitos países industrializados um aumento sensível dos meios financeiros dedicados à formação permanente”. (DELORS, 2003, p. 71).

Criticamente, é possível perceber que através do relatório a educação passa a ser prioritária, mas não para garantir, primeiramente, o desenvolvimento humano. O desenvolvimento econômico passa a ser, então, mais importante que qualquer política social. Essa priorização, torna-se um agravante para países de terceiro e quarto mundo, pois enquanto a educação assume a função de qualificar o cidadão para o trabalho, o conhecimento torna-se dimensão secundária. Assim, subjás a essa política educacional não o interesse de que sujeitos constituam conhecimentos para fazer ciência, para produzir seus próprios bens de consumo, mas preparar indivíduos para a competição, que revitaliza a globalização capitalista.

Outro aspecto destacado por Delors (2003) é a constatação de grandes desigualdades entre as nações ricas e pobres, no que diz respeito às atividades científicas, de pesquisa e desenvolvimento. Nesse sentido, fica evidente que o desenvolvimento econômico promissor será

contemplado pela nação rica, a qual teve condições de aplicar na educação, na ciência e na tecnologia, enquanto à nação pobre resta a submissão às ordens e ditames mercadológicas. É mister salientar, também, que a ênfase dada ao desenvolvimento econômico desvinculado do desenvolvimento humano, com o simples intuito de gestar progressos, trouxe à humanidade sérios problemas: “[...] as condições de vida sobre a terra estão ameaçadas: a escassez de água potável, o desmatamento, o efeito estufa, a transformação dos oceanos em lixeiras gigantes [...]”. (DELORS, 2003, p. 79).

Dentre as problemáticas supracitadas encontra-se, também, a dificuldade do ser humano de trabalhar para prover seu próprio sustento. Dessa forma, é possível afirmar que o desemprego, conjuntamente às outras problemáticas, torna-se uma ameaça à existência humana. Pois, quando a um ser humano é-lhe negado o direito de constituir sua sobrevivência, o “ser selvagem” emerge com sua força devastadora. Nessa situação, não há educação para a paz que dê conta da brutalidade humana, pois garantir a sobrevivência a qualquer custo, passa a ser o desafio supremo.

Considerando a reflexão anterior, verifica-se que a humanidade está diante de dois extremos: o caos e a saída (busca de soluções) para as problemáticas. O caos, mesmo que sucintamente, foi explicado; a saída, a possibilidade viabilizadora está na construção de uma sociedade sustentável. A sociedade sustentável é constituída a partir da proposta que apresenta o desenvolvimento econômico a partir da educação e do desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, a educação não passa a ser mercadoria ou uma indústria onde as pessoas buscam “pacotes” de habilidades para constituírem o desenvolvimento econômico de uma nação. O desenvolvimento humano torna-se dimensão primordial do ato educativo, na perspectiva de possibilitar aos sujeitos conhecimento e autonomia para a recriação e produção da ciência e da sua cultura.

De posse do desenvolvimento sustentável os sujeitos projetam diretrizes de inclusão e de progressos menos agressivos à natureza, ao ser humano e ao planeta. A sustentabilidade do planeta está na educação que preconiza ações humanizadoras. Pois, povo humanizado é povo consciente

e inteligente ao projetar a existência e o desenvolvimento.

3 A educação a partir do aprender a conhecer

Aprender a conhecer é uma das aprendizagens a ser organizada pela educação. De acordo com Delors (2003) aprender a conhecer é um tipo de aprendizagem que visa o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento. Também, explicita que “aprender para conhecer supõe, antes de tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento”. (Idem, p. 92).

Aprender a conhecer é uma das aprendizagens fundamentais na Educação, pois vai muito além do domínio da cultura geral. E, também, porque, no contexto atual, não é mais admissível que o sujeito vá à escola para simplesmente aprender a assimilar conceitos, receitar teorias e/ou repetir fórmulas. Em tempos remotos, bastava que o aluno soubesse algumas informações para poder sobreviver. Na atualidade, as transformações sociais, científicas, tecnológicas,... exigiram da escola o redimensionamento de sua função.

Infere-se, pelo exposto, que além da escola proporcionar a instrução e as informações (orientar para a seleção das informações), é de sua função promover a formação e possibilitar ao sujeito a constituição do conhecimento.

Hoje, o ser humano para sobreviver precisa conquistar espaços. A possibilidade para se ter um espaço e nele poder atuar e, assim, consistir sua subsistência, requer do sujeito domínio e capacidade criativa na constituição do conhecimento. A competência para a constituição do conhecimento requer domínio de informações, habilidade técnica para confrontá-las com teorias, conceitos e capacidade de desconstrução de dados já obsoletos. Deduz-se, pelo exposto, que a educação, a partir do conhecer, caracteriza-se pela:

- a) Não obsolescência dos conteúdos;
- b) Atualização das informações;
- c) Autonomia e recriação de novos conceitos, saberes...;

- d) Dialética entre os diferentes saberes;
- e) Capacidade de fortalecimento da identidade cultural;
- f) Capacidade de fazer ciência e criar produtos materiais e imateriais somente para o necessário consumo;
- g) Recriação da cultura geral.

A educação a partir dessa perspectiva assume uma dimensão política, no sentido de definir o quê, como, por quê, e para quê aprender a conhecer. Caso contrario, é ilusório pensar em globalização democrática das relações, na solidariedade entre as nações e no desenvolvimento sustentável.

4 A educação a partir do aprender a fazer

O sujeito do século XXI necessita, além do aprender a conhecer, aprender a fazer, sendo que o aprender fazer não tem o sentido literal de domínio de uma técnica para saber aplicar, em busca de resultados afins. Conforme, Delors (2003, p. 93): “aprender a fazer não pode, pois, continuar a ter o significado simples de preparar alguém para uma tarefa material bem determinada, para fazê-lo participar no fabrico de alguma coisa”.

Neste sentido, aprender a fazer requer o aprender a conhecer, pois é de posse do conhecimento que o sujeito torna-se capaz de redimensionar e recriar o seu saber fazer. O bom profissional não é mais aquele que a tempo atrás era suficiente saber “apertar o botão” tecnicamente, mas aquele que sabe o que faz, por que o faz, como o faz, quando o faz, para que e para quem o faz e, ainda, é ousado na criação de sua ação.

Atualmente, saber fazer equivale a saber pensar a ação e ser capaz de recriá-la. A educação a partir dessa aprendizagem possibilita ao cidadão a ação consciente, ou seja, saber que o fazer é imbuído de ideologia e permeado pela opção política.

É importante destacar, também, que possibilitar, através da educação, o aprender a fazer significa transformar nossa concepção dicotômica em concepção dialética, de unicidade entre teoria e prática.

Devendo a educação formal preocupar-se com sua estrutura curricular que muitas vezes não completa o processo dialético entre os saberes da realidade, as teorias clássicas e os saberes práticos.

Enquanto a escola estiver distante da realidade ser-lhe-á impossível o possibilitar aos sujeitos a aprendizagem do saber fazer. Nessa mesma perspectiva, é necessário tecermos nossa reflexão com as seguintes indagações: qual o sentido do aprender a conhecer e do aprender a fazer quando muitos da sociedade são excluídos do ato de pensar, decidir e até mesmo de usufruir o que de recurso material a humanidade produziu? De que adianta aprender a dominar e aplicar altas tecnologias quando a elas não se tem acesso?

Acredita-se, que juntamente ao aprender conhecer e fazer é imprescindível o compromisso político pela democratização dos recursos e das oportunidades. Assim que houver uma política de redistribuição dos bens e de equidade social, é possível pensar a globalização na perspectiva da cooperação, da solidariedade e, conseqüentemente, vislumbra-se o verdadeiro sentido do aprender a conhecer e aprender a fazer.

5 A educação a partir do aprender a viver juntos

É desafio inadiável, para o processo educacional, viabilizar a aprendizagem do saber viver com os outros. Até mesmo porque o sistema econômico atual não possibilita o encontro, a troca e a conquista coletiva entre os sujeitos. Tanto que, sendo a ênfase para a maior produtividade e para o maior lucro possível, a competição torna-se o princípio articulador das relações. Nesse sentido, os sujeitos perdem o referencial humanizador pela “sutileza” do poder dominador, centralizador e do jogo lucrativo.

É de suma importância ratificar que Delors (2003) referenda como um dos eixos da aprendizagem, o aprender a viver juntos, pois se deseja a democratização, a solidariedade, a igualdade de oportunidades, a justiça social é necessário que a educação comprometa-se em possibilitar aos sujeitos a aprendizagem do saber viver com o outro em sua diversidade, bem como, para aprender com o outro a projetar ações sociais para o

bem comum e não para o bem de “um”. É através da educação que se constitui a possibilidade da aprendizagem da cidadania, a qual somente é desenvolvida se praticada na convivência entre sujeitos.

Em parte é contraditório enfatizar que os sujeitos aprendam a viver juntos, quando se observa, no cotidiano, que tudo impulsiona à concretização da competição “selvagem”, própria do sistema capitalista.

Mesmo, diante dessa contradição, porém é possível propiciar ideais de humanização. Ou seja, urge apostar no ser humano, nas suas relações, para educá-lo a viver e a ser para o outro, para o mundo, para o planeta, de forma consciente e co-responsável.

6 A educação a partir do aprender a ser

Aprender a ser é a condição básica para que o aprender a conhecer, a fazer e a viver juntos possam constituir-se. A educação a partir do aprender a ser requer do sujeito o desenvolvimento da sensibilidade. O desenvolvimento da sensibilidade reporta o sujeito a sentir o outro da relação, para que, em comunhão possam se humanizar. É na ação humanizadora que o sujeito aprende a ser para si, para o outro, para o mundo, para o planeta, para o cosmos.

Hoje, mais do que ontem, a humanidade tomou consciência de que as aprendizagens significativas do ser humano são oriundas do seu saber ser. Processo esse que é uma conquista realizada ao longo da vida. É através do aprender a ser que surgem o ressignificar das relações e da existência. Assim, a educação a partir do aprender a ser,

Parece ter como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentidos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos de seu próprio destino. (DELORS, 2003, p. 100).

Nesta perspectiva, a função da educação é possibilitar o

desenvolvimento integral de todo ser humano e, de modo especial, sua humanização. Aprender a ser, na sociedade capitalista, é saber negar o individualismo, o desejo de consumo desenfreado e o poder coercitivo e manipulador. Saber ser, nessa mundialização, é saber escutar a si, o outro, os apelos sociais e ecológicos. O aprender a ser é condição para a sensibilização, para a conscientização e, assim, projetar saídas para as problemáticas e incertezas da e na atualidade.

7 Educação ao longo de toda a vida

Diante das realidades da vida contemporânea e das exigências imediatas que se apresentam ao ser humano, é inadmissível conceber um período determinado para a aquisição de conhecimentos. Compreendendo o ser humano como um ser de relações e de possibilidades, envolto por um mundo complexo e dinâmico, é imprescindível ter presente a condição humana, a de estar em constante aprendizagem e transformação. E ao negar essa condição ontológica do ser humano, significa instaurar processos de desumanização.

Nesta perspectiva, a educação passa a ser um processo intrínseco ao ser humano, ao longo de toda a sua vida. A qual, segundo Delors (2003, p. 105): “deve fazer com que cada indivíduo saiba conduzir o seu destino, num mundo em que a rapidez das mudanças se conjuga com o fenômeno da globalização para modificar a relação que os homens e mulheres mantêm com o espaço e tempo.”

A formação humana através da educação humana sempre foi um aspecto característico da espécie humana, ao longo da história. Atualmente, porém, sua conotação amplia-se a ponto de ser uma ação desejável a todo instante. Esse desejo insaciável pelo saber, pelo conhecimento, pela informação e para a formação, também é oriundo da veloz dinamicidade de transformações que passam as ações, os pensamentos, as criações e reinvenções constituídas pelo ser humano.

A educação nessa perspectiva passa, então, a ter uma nova compreensão: educação ao longo de toda a vida. Pois, para sobreviver

na sociedade da informação é necessário que o sujeito constitua a habilidade da pesquisa, da busca constante pelo saber.

É função da escola possibilitar ao sujeito aprendente o desenvolvimento da habilidade do autodidatismo. O sujeito que aprende a ser autodidata em seus pensamentos e ações, sempre estará buscando, inovando e recriando. Para tanto, a educação como processo ao longo de toda a vida deve estar aliada à ação autodidata.

8 Importância da educação básica à universidade

É indiscutível para todos que a formação do ser humano se dá ao longo de toda a vida, como foi mencionado anteriormente. No entanto, isso não significa, no dizer Delors (2003), que devemos negligenciar a importância da educação formal, em proveito da não-formal ou informal. Dessa forma somos conduzidos a perceber que a educação formal e informal são processos mútuos, mesmo sendo caracteres diferentes.

O saber informal, popular constitui a existência do sujeito. Para tanto, o saber formal é um elemento necessário para fazer emergir a dialeticidade entre ambos os saberes e, assim, possibilitar a constituição de novos conhecimentos. É função da escola do século XXI, da educação básica à universidade, forjar aprendizagens e ações significativas para a vida dos sujeitos, que os ajudem a viver com qualidade, com intensidade e com cuidado àquilo que é de todos – o planeta. Essa competência das instituições educativas somente será atingível se as mesmas souberem dialetizar os saberes formal e informal, a cultura geral e a (as) cultura (as) vivida.

Dessa forma, a educação básica e a universidade passam a ser o espaço e o tempo necessários à vida do sujeito desse século, pois é aí que constituirá compreensões sobre si, sobre o outro e sobre o mundo para transformar-se e transformar o seu entorno. É através do ato educativo dos diferentes espaços pedagógicos que os sujeitos devem constituir-se em cidadãos comprometidos com seu espaço. Quer dizer, a partir de diferentes aprendizagens constituem ações pensadas coletivamente para

a efetiva intervenção.

A instituição, diante desses desafios necessita transformar sua estrutura, organização curricular e pedagógica e a sua dimensão política. Em relação à consecução desses objetivos, afirma Delors (2003, p. 139 – 147):

Os sistemas educativos deveriam ser suficientemente flexíveis a respeitar as diferenças individuais, organizando módulos de estudo, lançando pontes entre os diversos setores de ensino e , [...] dando a possibilidade de retomar a educação formal após períodos de atividade profissional.

[...] o que supõe, em particular, ritmos especiais de ensino e turmas reduzidas.

Em conformidade ao relatório da Unesco, a educação básica deve assegurar a base sólida para a aprendizagem futura, para o acesso à universidade, mas com o intuito de possibilitar ao sujeito competências profissionais. É perceptível, no referido relatório, a ênfase à preparação do sujeito para o mundo tecnológico. Essa concepção demonstra um caráter elitista, pois dá a impressão que o ser humano deve constituir saberes teóricos e práticos somente para responder às demandas do mercado. O sujeito tem que se desenvolver como ser humano e como profissional para satisfazer suas necessidades de sobrevivências e não as de interesse de um mercado que é pensado por “alguns” (os detentores do poder econômico, tecnológico, científico, ...).

9 Os professores: perspectivas para a qualidade de ensino

Na abordagem anterior foi pontuado sobre a importância da reorganização que deve passar o sistema de ensino. Esse processo somente é possível se os professores assumirem o compromisso de liderarem a transformação. Pois, cabe aos intelectuais a competência de preparar os sujeitos “não para encarar o futuro com confiança, mas para construí-lo [...]” (DELORS, 2003, p. 152).

É de competência dos professores a formação e a instrução, com o intuito de possibilitar o desenvolvimento do pensamento, da ação, do sentimento e das atitudes. Assim, conforme Delors (2003, p. 152), os professores “[...] devem despertar a curiosidade, desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual e criar condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente.”

De acordo com o relatório (2003, p. 155):

O professor deve estabelecer uma nova relação com quem está aprendendo, passar do papel de ‘ solista’ ao de ‘acompanhante’, tornando-se não mais alguém que transmite conhecimentos, mas aquele que ajuda os seus alunos a encontrar, organizar e gerir o saber, guiando mas não modelando os espíritos, e demonstrando grande firmeza quanto aos valores fundamentais que devem orientar toda a vida.

Deduz-se que a qualidade de ensino requer do professor formação contínua, estar motivado, de renovar os programas escolares, saber o quê, como, por quê e para quê ensinar, promover reflexões e ações interventivas, considerando o social. A opção política é um dos aspectos que redimensiona a ação dos professores, bem como a qualidade dos sistemas educativos. Pois é através das opções que educadores constituirão seus projetos para o desenvolvimento cultural ou não. Pois, “escolher determinado tipo de educação equivale a optar por um determinado tipo de sociedade”. (DELORS, 2003, p.193).

Neste sentido, conforme o relatório aqui analisado, esse perfil profissional deve ser acompanhado de um novo estatuto social e condições de trabalho adequadas, pois é desumano querer exigir que os professores promovam a educação como processo possibilitador da transformação social, se não lhes é possibilitado o mínimo de condições para desenvolverem-se enquanto profissionais.

10 Educar, cooperar e globalizar

Pela educação é possível a aprendizagem e a contribuição da cooperação entre os sujeitos na busca de alternativas às questões problemáticas da realidade. Pois, uma das primordiais funções da educação é possibilitar aos sujeitos a tomada de consciência, da dimensão cidadã inerente a ele que é um ser social por natureza.

A partir das opções políticas e educativas democráticas as instituições passam a assumir o compromisso de educar os sujeitos para a cidadania. Para tanto, toda perspectiva pedagógica, curricular e organizacional constitui-se na e pela política de cooperação. A instituição educativa planeja, decide e projeta com a participação de todos os envolvidos no processo. A participação, princípio do ato educativo democrático, permite a discussão, a busca de saídas cooperativas para atingir a meta do consenso.

Essa política educativa tem como objetivo as ações coletivas que constituem possibilidades para a globalização. A educação para a globalização, nessa perspectiva, tem o sentido de parcerias constituídas para o bem comum de âmbito local, regional, nacional e mundial. Pois muitos projetos que nascem nas escolas, nas instituições educativas devem ou deveriam estender-se às dimensões ou setores mais amplos da sociedade.

A escola precisa romper fronteiras e estar junto à sociedade, com o intuito de desenvolver uma educação para o pensar e o global. Também, deve instituir através da ação participativa a necessidade organizativa para suprir suas necessidades básicas, tornando, assim, a “aldeia global” parceira da “aldeia local” e vice-versa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto verificamos que emergem, desse relatório, vários desafios aos educadores brasileiros sendo que um deles é reconstruir o conceito de educação. A educação precisa ser encarada como um processo

multicultural que contemple diversas formas de aprendizagens e ações coletivas, para o diagnóstico das problemáticas sociais e para elaboração democrática de projetos interventivos.

Para tal, não basta quereremos que os sujeitos participem do processo se não lhes assegurarmos as condições para a efetivação do espírito democrático. Dessa forma, cabe aos intelectuais da educação um novo ardor político-pedagógico, no sentido de constituírem propostas pedagógicas capazes de proporcionar o desenvolvimento do pensamento autônomo, da consciência sensibilizada, da participação organizada e solidária e da transformação globalizada.

Mas, esses ideais são passíveis de concretude se, politicamente, os educadores constituírem como lema a luta pela democratização e pela inclusão de todos no processo. É preciso sonhar a escola do século XXI, mas muito mais do que sonhar é necessário querer construir a escola desse século. Para tanto, a escola que se deseja deve promover a educação da (as) cultura (as) para a transformação das relações, das produções materiais e imateriais e, assim, não somente constituir a identidade cultural de um povo, mas fortalecê-la de coragem, desprendimento, de ciência, de conhecimento e de sabedoria para continuar a existir neste planeta.

Indubitavelmente, o maior desafio lançado à educação do século XXI consiste em possibilitar o desenvolvimento humano e econômico para uma sociedade sustentável e que conceba o ser humano como centralidade em todos os processos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

Recebido em abril de 2004
Aprovado em junho de 2004